

A FORMAÇÃO DAS HISTÓRIAS LITERÁRIAS NO BRASIL

- *O Brasil Literário* (1863), de Ferdinand Wolf -

Carlos Augusto de Melo (IEL/FAPESP)¹

(...) a literatura brasileira pode pretender a justo título o direito de ser encarada como verdadeiramente nacional; nesta qualidade, tem o seu lugar marcado no conjunto das literaturas do mundo civilizado;

Ferdinand Wolf

Algumas palavras

É de algum tempo que tenho me entusiasmado em elaborar uma sistematização da história das histórias literárias no Brasil. Trazer uma obra de referência em que estudiosos e demais interessados da literatura brasileira possam conhecer e acompanhar o processo de desenvolvimento teórico e metodológico desse tipo de narrativa historiográfica, na qual se procura trazer uma visão de conjunto da vida literária brasileira. Com certeza, é perceptível que esse tipo de trabalho não é nada modesto e demanda certo período de leitura e pesquisa árduas - uma vez que, até o final do século XX, temos um número de histórias literárias bastante significativo -, para que, de alguma forma, tenha um bom êxito e não corra o risco de cair na superficialidade. Sendo assim, afastando-se um pouco dessa primeira proposta, a minha pesquisa de Doutorado quer ser modesta e apenas procura dar os seus primeiros passos em rumo a essa sistematização maior, com o estudo vertical das primeiras manifestações de história literária do país.

De início, pensou-se em elaborar uma leitura crítica e, por sinal, fechada em torno das três precursoras desse grupo de narrativa historiográfica, quais sejam, o *Curso elementar de literatura nacional* (1862), do Cônego Fernandes Pinheiro; *O Brasil literário* (1863), do austríaco Ferdinand Wolf e o também *Curso de literatura portuguesa e brasileira* (1866-1873), do maranhense Sotero dos Reis. Terminada tal leitura, como sendo uma espécie de apresentação crítico-comparativa sobre as obras e seus autores, já poderia me ter como vitorioso, pelo menos com relação ao resgate dos mesmos e ao grande incremento que ofereceria a sua fortuna crítica, já que, infelizmente, eles encontram-se à beira (caso já não estejam) do completo esquecimento.

¹ Doutorando em Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: guttomello@gmail.com

Não deixando de lado essa abordagem, claro que, com o processo de pesquisa e seu natural amadurecimento, quando novas idéias brotam com uma rapidez espantosa e nos deixam, por diversos momentos, muito mais confusos do que já estávamos, percebeu-se a necessidade de adentrar-se a um campo teórico-conceitual nessa avaliação historiográfica, até mesmo para poder entender as obras em questão. Explico-me. No fim do mestrado, com a dissertação concluída, atribuí ao Cônego Fernandes Pinheiro o mérito de ser o pioneiro na escrita da nossa primeira história literária, com a publicação do seu *Curso elementar de literatura nacional*, de 1862, apoiado, de fato, em alguns discursos renomados de avaliadores da crítica literária brasileira, como, por exemplo, Wilson Martins e João Alexandre Barbosa. Porém, momentos depois, acompanhando as outras possíveis histórias literárias oitocentistas, surgiram algumas inquietações no que se refere à concepção de história literária que podemos aplicar ao estudo do nosso passado historiográfico. O que tínhamos realmente como **história literária propriamente dita**? É possível trazer tal definição num período da nascente historiográfica brasileira? Até mesmo hoje, o que vemos como **história literária**?

Outras problemáticas aparecem a partir daí. As representações de história literária oitocentistas são bastante diversificadas e distintas para se tentar aplicar conceitos absolutos que temos na nossa atualidade e, caso haja mesmo, poder distinguir os gêneros narrativos para, enfim, achar um “precursor”. O estrangeiro Ferdinand Denis escreveu seu *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal, suivi du Resume de l'Histoire Littéraire du Brésil*, em 1826, porém não granjearia a fama de primeiro sistematizador da produção literária nacional por deixar de lado, como fundamentação metodológica, a periodização e a apresentação sistemática do conjunto da literatura brasileira, comuns às histórias literárias. Por outro lado, em 1840, o historiador Norberto escreveria um *Bosquejo da história da poesia brasileira*, publicado no *Despertador* e, em 1841, inserido no livro *Modulações Poéticas*. Nele, obedeceria a uma sistematização válida do nosso passado literário, dentro dos parâmetros historiográficos românticos tradicionais, mas, de algum modo, para muitos, afasta-se da idéia de ter efetivado a primeira história literária do país, por ser sua narrativa apenas um *bosquejo* e trazer especificamente a avaliação da poesia brasileira. No período de 1859 e 1862, na *Revista Popular*, Norberto, preocupado com necessidade de termos uma história literária, apresenta vários capítulos da sua projetada *História da Literatura Brasileira*, contemplando muitos dos aspectos da temática nacionalista. Novamente, o historiador fracassa no seu pioneirismo, por não conseguir reunir os capítulos num volume e, com certeza, sem concluir os outros faltantes.

Em 1862, o Cônego Fernandes Pinheiro consegue trazer uma visão conjunta e sistemática da vida literária brasileira, de acordo com o pensamento historiográfico romântico; e, por isso, muitos lhe atribuem o título de precursor. Porém, tal título não possa parecer inválido se considerarmos a configuração didática de seu texto e, nesse aspecto, teríamos que agrupá-lo a outra categoria de narrativas historiográficas, a de **manuals didáticos**, assim como o *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, de Sotero dos Reis? Entraríamos, portanto, numa outra problemática de reavaliação conceitual das **histórias**, se levarmos em conta que se esse fundo didático está presente também nas consolidadas histórias literárias de Sílvio Romero, Afrânio Coutinho, Alfredo Bosi, etc. Há um outro ponto a se pensar. No caso específico daqueles dois cursos, a sistematização conjunta das literaturas portuguesa e brasileira que realizam não os tiraria também da categoria de nossa **história literária propriamente dita**?

Haveria uma possível solução para essa confusão conceitual na história das histórias literárias no Brasil. Se julgarmos os vários critérios historiográficos, como, por exemplo, a sistematização, a periodização, a análise conjunta de obras e autores, especificamente brasileiros, para chegarmos a uma conclusão de qual texto seria verdadeiramente uma **história literária** e, por fim, a pioneira, devêssemos talvez mencionar *O Brasil literário* (1863), do austríaco Ferdinand Wolf, no qual se utiliza de todos os requisitos historiográficos ditos necessários, para apresentar uma visão conjunta e isolada de nossa história da literatura.

Por conta disso, nessa pesquisa, tornou-se necessário também buscar respostas para outras questões que surgem. Trata-se da conceituação de **história literária** por grande parte dos historiadores da literatura, pelo menos, nos seus primórdios, no século XIX. Qual era a possível idéia de **história literária** que esses precursores possuíam para construir sua própria narrativa historiográfica? Quais os parâmetros teóricos e metodológicos que seguiam? Havia um conceito geral a respeito? Como historiadores do gabarito de um Gonçalves de Magalhães, Pereira da Silva, Joaquim Norberto, Fernandes Pinheiro, Ferdinand Wolf e Sotero dos Reis percebiam as diretrizes da historiografia literária aplicados ao fazer as histórias literárias? Quais as distinções que faziam de **história literária**, **história da literatura**, **historiografia literária**, **teoria da literatura**, etc.? E quais os seus reflexos nos conceitos posteriores? Desse modo, como dissemos, a partir da perspectiva teórico-conceitual, a pesquisa busca perceber, nos discursos dos historiadores literários oitocentistas, como se elabora a idéia de **história literária** e, assim, se efetiva no plano textual, para a formação dessa disciplina no país.

Feitas as ressalvas, com várias questões levantadas e sem nenhuma conclusão possível ainda, acredito que, por ora, será válido traçar algumas idéias a respeito do que venho me dedicando nesse semestre de pesquisa: Ferdinand Wolf e seu *O Brasil literário*.

O olhar estrangeiro

É bastante interessante pensar a história da formação do pensamento crítico e historiográfico sobre a literatura brasileira, no que diz respeito principalmente à confecção de uma *história literária*. Basicamente, iniciamos com pequenas representações que vinham de olhares intelectuais de além-mar; e, por mais estranho que se possa parecer, ainda não eram nem dos companheiros lusitanos. Também não poderíamos esperar muito dos nossos frágeis colonizadores que, assim como as nações neolatinas, nos inícios do século XIX, estava à espera de uma adequada história literária do país. Até então, os portugueses possuíam basicamente o ultrapassado manual bibliográfico de Barbosa Machado, a *Biblioteca lusitana* (1741-1759). No mesmo período em que os portugueses recebiam as precursoras sistematizações dos estrangeiros, os brasileiros eram acolhidos pelas primeiras palavras críticas sobre sua produção literária. Fica claro que tal acontecimento era fruto dos vínculos estritamente coloniais que o Brasil ainda possuía com a metrópole portuguesa; ao se preocuparem em traçar a história da literatura portuguesa, que era de interesse maior, uma vez que se tratava de uma nação, os estrangeiros visualizavam os autores e as manifestações literárias da colônia como sendo inseparáveis da

mesma. Falo dos estrangeiros Bouterwek, Simonde Sismondi e Ferdinand Denis²; este último se diferenciaria um pouco dos demais pelo seu programa de incentivo emancipatório da literatura do novo mundo.

Esses três estrangeiros perceberam com entusiasmo que, na (ex) colônia portuguesa, havia uma produção literária significativa que deveria ser contemplada. E, por conta disso, deixaram os primeiros registros críticos a respeito de nossos escritores e obras, os quais seriam retomados com frequência pela nascente crítica e historiografia literária do Brasil. Percebe-se que o olhar de fora, o do estrangeiro, por extensão, o do civilizado, exerceu um papel fundamental aos brasileiros, já que o discurso daqueles que participavam de um verdadeiro “mundo civilizado” teria um gabarito maior na avaliação dos nossos produtos e, portanto, serviriam para convalidar as nossas opiniões críticas. Outro fator importante é o desejo de pertencer à civilização ocidental e/ou européia; um das características do sentimento nacionalista da época. Saber que a literatura nacional era discutida e, por conseguinte, divulgada na Europa fazia com que sentíssemos pertencentes a ela. E a recepção e a valorização dos poucos discursos de críticos e historiadores do lado de fora passam a fazer sentido. Não era sempre que encontrávamos alguém falando sobre uma singela colônia ou, mais adiante, recém-nação brasileira.

Com efeito, esse “instinto de civilização” despertado no Romantismo sempre estaria em voga. Mesmo passadas algumas décadas, depois dos precursores olhares críticos estrangeiros, e quando as manifestações críticas dos brasileiros vinham à tona e se consolidavam, verifica-se a necessidade de avaliar e propagar a cultura nacional para alcançar o *status* de nação, a partir de um inquestionável olhar especializado europeu. E, com relação ao atraso de granjearmos a ansiada história oficial da literatura brasileira, de alguma forma, os europeus saíram na frente, com seu pioneirismo, confirmando, mais uma vez, o atraso crítico de nossos brasileiros. É o caso da história literária do austríaco Ferdinand Wolf.

Agora, a situação parece ser um pouco diferente em comparação aos nossos estrangeiros pioneiros. Naquele momento, com, por exemplo, Bouterwek, Simonde Sismondi e mais especificamente Ferdinand Denis, temos os europeus interessados pela cultura americana de maneira espontânea, revelando a curiosidade típica dos estrangeiros ao que se referia ao exótico “Mundo Novo”, sem estabelecer, portanto, qualquer vínculo institucional com o país. Destaco o nome de Ferdinand Denis, porque foi ele, em comparação aos outros dois, o mais preocupado com a cultura brasileira. Por outro lado, a presença de Ferdinand Wolf na nossa historiografia literária efetiva-se não só por conta desse interesse espontâneo pelas terras brasileiras, mas também de um estímulo dirigido oficialmente pelo império brasileiro, quando se constata que a sua história literária foi elaborada sob os auspícios da “Sua Majestade o Imperador do Brasil”; havia, então, as mãos imperiais interessada em direcionar os olhares europeus as nossas plagas, afastando-se, nesse sentido, do que acredito ser o caráter espontâneo que prefigurou os primeiros dizeres críticos estrangeiros. Não se descarta a possibilidade de que a acolhida pelo austríaco desse trabalho historiográfico fizesse parte de seu particular gosto pelas literaturas latinas. Wolf fixou-se como intelectual especializado nas literaturas ibéricas, tendo maior

² Há uma bibliografia vasta a respeito desses historiadores. O trabalho de Guilhermino César parece ser o mais interessante para quem quer um panorama da contribuição estrangeira à tradição historiográfica brasileira. (cf. *Historiadores e crítico do romantismo - 1. a contribuição européia: crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978)

reconhecimento pela sua confecção da *Studien zur Geschichte der spanischen und portugiesischen Nationalliteratur*, de 1859 (a *História da literatura da Espanha e de Portugal*, traduzida por Menéndez y Pelayo por volta de 1896).

Ainda com relação à questão do “instinto de civilização”, por parte dos brasileiros, torna-se importante ressaltar que Ferdinand Wolf não era nenhum intelectual inocente ao estabelecer relações com o Brasil e planejar a sua história literária que, segundo Menezes (1969), o tornaria conhecido no país. Pelo que parece em sua dedicatória a D. Pedro II, nas primeiras páginas d’*O Brasil literário*, o historiador demonstra com astúcia a relevância que os laços entre política e literatura poderiam oferecer para o efetivo alcance dos prestígios do “mundo civilizado”. Mais do que isso, Wolf estava completamente ciente das nossas necessidades de reconhecimento intelectual, quando revela o seu “desejo de fazer apreciar na Europa a bela literatura do Brasil” que “sob a augusta égide de Vossa Majestade não deixará de atrair a atenção de todo o mundo civilizado”. Abaixo, observe as palavras dessa instigante dedicatória que transcrevo na íntegra para um melhor entendimento:

A sua Majestade o Imperador do Brasil

Senhor!

Dignando-se aceitar a dedicatória desta obra, Vossa Majestade não teve em vista senão o meu desejo de fazer apreciar na Europa a bela literatura do Brasil.

Uma obra que apareça sob a augusta égide de Vossa Majestade não deixará de atrair a atenção de todo o mundo civilizado.

Eu me sentiria feliz, se pudesse orgulhar-me de ter produzido uma obra digna do insigne favor que Vossa Majestade houve por bem lhe conceder. É o alvo que visaram todos os meus esforços.

*Sou, com profundo respeito,
Senhor,*

*De Vossa Majestade Imperial,
o muito humilde e muito obediente servidor*

FERDINAND WOLF³

O austríaco Ferdinand Wolf passou três anos intensos dedicados à pesquisa de nossa literatura brasileira para que, em 1863, conseguisse publicar a história literária do Brasil. De imediato, a história de sua publicação traria duas problemáticas significativas. Escrita na língua alemã, ela só viria a lume em francês, com a tradução de Van Muyden, de título *Le Brésil littéraire – histoire de la littérature brésilienne*; nesse ponto, há que considerar que possa gerar dúvida se os termos e idéias utilizados pelo autor realmente foram mantidos como no original. Dúvida essa que dificilmente será sanada, já que não se têm notícias da aparição de sua edição em alemão.

³ Cf. WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário*: história da literatura brasileira. (Trad. Jamil Almansur Haddad) São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

No Brasil, essa história literária seria acolhida em francês mesmo, e também aplicada no ensino⁴, sem nenhuma tradução de imediato; só viria a ser traduzida para a língua portuguesa quando estava prestes a completar um centenário de sua primeira edição, em 1955, pelas mãos de Jamil Almansur Haddad que, com muito zelo, traduziu, prefaciou e adicionou várias notas explicativas. Poucos anos depois, em 1978, o pesquisador Guilhermino César faria uma excelente tradução da obra, mas de apenas alguns excertos (cf. 1978, p. 141-180.).

Outro ponto que se põe é a circunstância em que se produziu o seu texto. Ferdinand Wolf afincou pesquisador das letras ibéricas, doutor em filosofia, filólogo e historiador, não nunca visitou a América, como fez, por exemplo, o historiador Ferdinand Denis e alguns outros curiosos pelo “Novo Mundo”. Nesse sentido, *O Brasil literário* é fruto basicamente de leitura dos textos literários brasileiros que recebia na Biblioteca de Viena, da qual era funcionário; e por intermédio dos amigos Ferdinand de Hochstetter, Tschudi e dos brasileiros Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre e Ernesto Ferreira França:

Acrescentemos a isto que eu tive a felicidade de travar conhecimento com os escritores mais distintos do Brasil. Quero falar dos srs. Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manoel de Araújo Porto-Alegre e Ernesto Ferreira França que *me forneceram material de toda a espécie e auxiliaram-me com seus conselhos*. Exprimo-lhes aqui publicamente meu reconhecimento, assim como ao sr. Tschudi que, não satisfeito de pôr à minha disposição a sua rica biblioteca, abriu-me o tesouro inesgotável de sua erudição. (WOLF, 1955, p. 4-5 - grifos meus)

Num primeiro momento, esse tipo de contato e seleção do *corpus* literário possa ser relevante tão-somente para a compreensão das relações diplomáticas entre esses espaços literários distintos e do também “instinto de civilização”, porém, com certeza, há mais do que isso. A presença desses “filtros” na apresentação da literatura brasileira a Wolf deva funcionar como interessante condicionante para a escrita da referida história literária e, por conseguinte, a construção do cânone literário nacional. De certo modo, percebe-se que *O Brasil literário* deixa de ser um escrito de mão austríaca e passar a ser de outras mais, especialmente brasileiras. E, assim, ela imbuí-se das diretrizes do nacionalismo europeu com as do americano, gerando uma história literária com um espírito nacional híbrido. Quanto ao cânone, não é à toa que Gonçalves de Magalhães e sua trupe ocupariam algumas várias páginas da obra!

Estou longe de desmerecer a autonomia discursiva de Ferdinand Wolf. Há apenas a necessidade de se ressaltar que essa história literária foi direcionada por outros olhares historiográficos que, de alguma forma, conduzem a uma determinada visualização de nossa vida literária. No que se refere à maneira que traça as linhas de periodização, por exemplo, fica mais do que nítida a conformidade de pensamento, quando o austríaco adere quase completamente à perspectiva de um historiador brasileiro, o Joaquim Norberto. Em introdução à obra, na qual se expõe a definição e a divisão da literatura brasileira, Ferdinand Wolf se vale explicitamente dos métodos de periodização de Joaquim Norberto,

⁴ Nos programas de Ensino do Colégio Pedro II, consta como manual didático obrigatório para o ensino da história da literatura brasileira da disciplina “Literatura Nacional”, de 1879 a 1882, a citada *Histoire de la Littérature brésilienne*, por Ferdinand Wolf. (cf. SOUZA, Roberto Acízelo. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ/ EdUFF, 1999, p. 157-229)

presentes naquele Bosquejo de 1841, como diretrizes para a sua própria divisão. Ao explicitar seu método, em nota, Wolf revela que:

Adotamos a divisão dada por Norberto de Sousa Silva (*Modulações Poéticas. Precedidas de um Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, Rio de Janeiro, 1841, 8º., pp. 21-53), e dela somente nos afastamos para fundir num só – o 4º. – os seus 4º. e 5º. períodos, visto como a declaração da independência, qualquer que seja sua importância política, não nos parece que tenha tido bastante influência sobre a literatura para produzir algo mais que uma época de transição francamente perceptível. (WOLF *apud* CÉSAR, 1978, p. 144)

Porém, há uma pequena incongruência entre essa perspectiva de periodização e a sua verdadeira aplicação n’*O Brasil literário*. Embora declare não concordar com a existência de um período literário brasileiro, do começo do século XIX a emancipação total do país em 1840, percebe-se que Ferdinand Wolf resolve contraditoriamente permanecer com a mesma periodização de Norberto no corpo de sua narrativa historiográfica. Nesse sentido, como comprovação, basta recorrer à parte introdutória que antecede o capítulo IX da obra, no qual é possível observar que Wolf registra a abertura do “Quarto Período: dos princípios do século XIX até a emancipação política e literária”, convalidando a proposta do historiador brasileiro.

A divisão completa seria a seguinte:

I período. Do descobrimento do Brasil ao fim do século XVII. Os jesuítas, principalmente, introduzem a cultura literária oriunda da Europa; os colonos portugueses e seus descendentes imitam servilmente os modelos português e espanhol.

II Período. Primeira metade do século XVIII. A cultura literária expande-se e mergulha raízes; fundam-se sociedades literárias, mas não obstante algumas veleidades de independência, ainda persiste a imitação pura e simples dos modelos portugueses.

III Período. Segunda metade do século XVIII. A cultura literária expande-se ainda mais, a par da tendência de se emancipar da influência da metrópole. – A escola de Minas Gerais é a principal representante desse movimento.

IV Período. Do começo do século XIX, e sobretudo a partir da proclamação da independência do Brasil (1822), até a desvinculação, tanto política quanto literária, da mãe-pátria e da dominação exclusiva do pseudoclassicismo, por influência dos românticos (1840). A literatura brasileira toma caráter nacional sempre mais pronunciado, em meio aos temporais políticos, e graças sobretudo à influência direta das literaturas francesa e inglesa.

V Período. De 1840 até hoje. Consolida-se a monarquia; o governo, e o imperador pessoalmente, estimulam as letras e as belas-arts. A literatura nacional propriamente dita desenvolve-se mais, graças ao predomínio da escola romântica e dos elementos brasileiros. (Idem, p. 104)

De qualquer modo, como discurso de autoridade estrangeira, Ferdinand Wolf consolidaria uma sistematização historiográfica válida do passado literário nacional que, mesmo sendo uma colagem da periodização brasileira, conseguiu modificá-la e explorar muitos dos seus aspectos literários, desconsiderados pelos seus predecessores, principalmente no que tange à literatura contemporânea a eles. N’*O Brasil literário*, a periodização segue os parâmetros da escola crítica e historiográfica romântica, a qual, segundo Antonio Candido (1971, p. 328), constituiu-se sob as mesmas idéias de afirmação nacional, quando se tenta perceber a evolução literária do país a partir do acompanhamento progressivo de sua possível emancipação literária. Nela, a literatura ainda é vista como parte da história social e política nacional e, com isso, mesclam-se períodos históricos com os representativos da vida literária. O pensamento crítico de Ferdinand Wolf guia-se pelo determinante de que

os primeiros elementos literários foram trazidos ao Brasil pelos conquistadores portugueses. Os colonos, seus sucessores, mantendo relações com a metrópole e servindo-se de sua língua, continuaram a cultivá-las. À medida que se emancipavam da mãe-pátria, os Brasileiros de origem portuguesa as desenvolveram com uma independência cada vez maior. (WOLF *apud* CÉSAR, 1978, p. 142.)

Nesse sentido, a análise passa a valorizar o aspecto nacionalizante das obras literárias do Brasil e serão freqüentes colocações como “germes de um desenvolvimento nativo e original”, “o sopro da liberdade deveria tomar logo mais, bem poderoso”, “capazes de purificarem o gosto nacional”, “serviu-se da forma nacional do rondó com estribilhos e redondilhas”, “acabasse por escolher um assunto nacional”, “contribuíram a dar ao nativismo nascente seu lugar merecido na poesia”, etc. Por exemplo, ao estudar a obra de José Basílio da Gama, buscaria destacar esses traços de emancipação literária, sempre tendo em vista a literatura portuguesa, e, no caso específico de alguns escritores e obras, demonstrar a sua antecipação nacional. Vejamos:

É possível que, tratando esta matéria, José Basílio tenha atendido à sua aversão pelos jesuítas e seu desejo de agradar a Pombal, mas não é menos importante observar que havia escolhido um assunto patriótico e soube encontrar em seu país os elementos de uma epopéia. Celebra, é verdade, a vitória das armas portuguesas e espanholas mas o seu maior interesse incide sobre os indígenas, pintando-lhes os caracteres e os costumes, dando-nos episódios tocantes e descrições magníficas. (...) É certamente com toda a razão que José Basílio procurou os elementos poéticos no próprio Brasil. Conseguiu despertar o interesse por este país e suas particularidades e contribuiu razoavelmente para o livre surto do sentimento nacional. (WOLF, 1955, p. 90)

Esse tipo de realização historiográfica tende a configurar o chamado cânone nacionalista e, como expõe acertadamente João Alexandre Barbosa, “é possível ver que o elenco de Wolf é, sem dúvida, mais amplo que os anteriores, embora, em muitos pontos, coincidentes com eles” (1996, p. 27). Cotejando *O Brasil literário*, constata-se que Wolf foi um excelente investigador das letras e, de certo modo, soube vasculhar os textos literários brasileiros possíveis e trazê-los comentados – oferecendo também uma antologia deles - em

sua obra, sempre se valendo de notas bibliográficas consultadas. E, por isso, a relevância de seu quadro canônico, tornando-se conhecidos nomes que, até então, por diversas razões, ainda não haviam sido contemplados pela historiografia literária nacional. A relação de nomes seria exaustiva aqui, deixo-lhes apenas alguns mais representativos: Eusébio de Matos, Manoel Botelho, Manoel de Santa Maria Itaparica, Rocha Pitta, Basílio da Gama, Antonio José, Durão, Cláudio Manoel da Costa, Gonzaga, Alvarenga, Alvarenga Peixoto, Souza Caldas, José Eloy, Andrada e Silva, Bernadinho Ribeiro, Monte Alverne, Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre, Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Odorico Mendes, Norberto, Teixeira e Souza, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Varnhagen, etc.

O que torna a história literária de Wolf interessante é que, além de repetir os cânones dos primórdios de nossa literatura, trabalham-se nomes da atualidade literária da época, o que, com certeza, os nossos historiadores não se preocuparam em fazer ou tiveram algum receio. Além do mais, Ferdinand Wolf se interessou pela análise de outros gêneros literários mais contemporâneos, como, por exemplo, o romance, a novela, o drama, a ópera, etc. Sobre o romance, mesmo ciente de que se trata de algo recente na história da literatura brasileira, ensaia algumas considerações de que este gênero “revestiu, desde o início de forma mais moderna; é essencialmente realista, social e subjetivo” (WOLF, 1955, p. 345) e, nesse caminho, dedica páginas e páginas ao célebre romancista Joaquim Manuel de Macedo que, desde já, se tornaria conhecido pelas suas características de ser um “pintor de costumes da sociedade moderna; as cores são vivas, a pintura dos caracteres chegam às vezes à caricatura, principalmente nas partes cômicas; a mistura enfim do gracioso com o sentimental é das mais felizes.”(idem, p. 347)

Enfim, a participação desse estrangeiro, produzindo uma história literária, com bases sólidas, tornou-se necessária para a convalidação do primeiro ciclo de histórias literárias no Brasil. Aqui, apenas tentei trazer uma breve reflexão a respeito dessa precursora narrativa historiográfica e, de certo modo, despertar a atenção para alguns problemas teóricos fundamentais para a leitura da tradição historiográfica nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, João Alexandre. A Biblioteca Imaginária ou o cânone na história da literatura brasileira. In: _____. *A Biblioteca Imaginária*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996, p. 13-58.
- CANDIDO, Antonio. *A formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1971.
- CESAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição européia – crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EdUSP, 1972.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. São Paulo: Saraiva, v. 5, 1969.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ/ EdUFF, 1999.
- WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário: história da literatura brasileira*. (Trad. Jamil Almansur Haddad) São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- _____. *O Brasil literário: história da literatura brasileira*. In: CESAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição européia – crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EdUSP, 1972, p. 141-180.